
A Ditadura Uruguaia (1973-1985) e Seu Reflexo na Sociedade¹

Brenda MINEO²

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e estabelecer conexões entre a Ditadura Civil-Militar Uruguaia (1973-1985) e o papel da imprensa na época, tomando como exemplo o caso do time de futebol Defensor Sporting Club, relatado por diversos veículos de comunicação. Durante o período de regime militar, a equipe foi bombardeada com alegações duvidosas, que acarretaram em perseguições, tortura e banimento de alguns integrantes na profissão futebolística.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar Uruguaia; imprensa; futebol; Defensor Sporting Club.

Introdução

Conhecido como Suíça das Américas, o Uruguai era considerado um dos melhores países para se morar na América do Sul, nos anos 1950. A nação possuía um PIB (Produto Interno Bruto) similar ao de países europeus, como Itália e França. Os níveis baixos de violência eram também exaltados e motivo de orgulho dos cidadãos, que além desse fator, podiam contar com uma economia e democracia aparentemente consolidadas.³

Antes mesmo da virada da década, em 1955, uma forte crise econômica se estabelecia, afetando instituições públicas e privadas. Durante os anos 1960, um processo de declínio social, político e econômico era notado no país, que enxergava, de mãos atadas, o crescente conflito entre guerrilhas, que incluía luta armada, fruto do descontentamento de grupos extremistas para com o governo e “[...] en los quince meses

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo (MUDAR para a DT/IJ que irá enviar) do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Pós-graduanda do Curso de Política e Relações Internacionais da FESPSP, e-mail: brenda_mineo@hotmail.com.

³ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 19, 2007. 20 p.

que fueron desde enero de 1964 a marzo de 1965, se contabilizaron más de 650 movilizaciones en todo el país, incluyendo paros, huelgas y ocupaciones.”⁴

De acordo com entrevista⁵ concedida em julho de 2017, em Montevideu, para Jacqueline Martins e Brenda Mineo, o historiador Gerardo Caetano avalia a conduta dos uruguaios como pessoas essencialmente politizadas, atuantes ativamente na política do país, cidadãos que gostam de votar e estão sempre presentes a fim de desempenhar o exercício pleno de cidadania. Essa qualidade designada aos uruguaios pode ser vista nas eleições que ocorreram em 1958, quando, sem a obrigatoriedade do voto, 71% da população votante compareceu às urnas; este número foi superado anos mais tarde, em 1962, quando 76,5% estiveram presentes nos colégios eleitorais.

Observava-se que as condições de vida e trabalho dos uruguaios estavam acima da média do que poderia ser encontrado nos demais países do Cone Sul. Economia, direitos sociais, civis, culturais e educação eram os pontos que mais chamavam a atenção, além, é claro, da pacificidade instaurada no país. Entretanto, essas condições não perduraram por um longo período, uma vez que, num curto espaço de tempo as tensões sociais espalharam-se pela nação e eram trazidas do interior à capital.

De acordo com Caetano e Rilla (1983), a justificativa destes movimentos sociais violentos, às vezes até criminosos, como incêndios planejados, saques e greves que passaram a percorrer todo o Uruguai, era de que a esquerda política seria mentora de tais ataques, motivadoras da desordem e caos pelas cidades. Entre os anos 1964 e 1965, as mobilizações e greves espalharam-se entre os trabalhadores uruguaios, que reivindicavam seus direitos restritos e criando tumultos sociais.

Após o constante crescimento nos três primeiros anos da década, o Uruguai entrou em uma paralisia econômica, e isso ocorreu num período de constante expansão da economia mundial, fazendo com que os números baixos do país se tornassem alarmantes. Enquanto a economia mundial teve crescimento de 57%, o país charrúa podia contar com pouco mais de 3% no mesmo período. O motivo para este

⁴ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 19, 2007. 20 p.

⁵ Entrevista concedida por Gerardo Caetano, historiador, para Brenda Mineo e Jacqueline Martins, em Montevideu, no mês de julho de 2017.

estancamento podia ser identificado na reprodução de alguns costumes ainda antigos da sociedade uruguaia.

"[...] mientras otros países agroexportadores apostaron a aumentar su eficiencia y a diversificarse (por ejemplo, Nueva Zelanda), los uruguayos seguimos insistiendo en las viejas recetas: proteccionismo comercial, intervencionismo estatal, subsidios, políticas públicas más preocupadas por fomentar el empleo y la protección social que la productividad." (Fascículo nº 19, p. 4).

Neste contexto de exportações prejudicadas e de economia estagnada, o governo começou a ter problemas com as contas públicas, uma vez que também aumentou o número de servidores públicos, comprometendo ainda mais as receitas do Estado. Seus gastos já não eram mais passíveis de controle, ou seja, a inflação do país disparou e o acréscimo nos preços dos produtos passaram a níveis espantosos.⁶

Posterior a essa quantidade de abalos registrados na sociedade uruguaia, os rumores de um golpe de estado se intensificaram. Em 1964, ano em que o regime civil militar tinha início no Brasil, os uruguaiois enfrentavam a segunda onda de boatos sobre uma possível tomada de poder advinda dos militares, já que João Goulart e seu cunhado, Leonel Brizola, ambos depostos de seus mandatos de presidente e governador, respectivamente, se exilaram em Montevidéu.⁷

Na tentativa de amenizar e tranquilizar os cidadãos uruguaiois, o general Gilberto Pereira publicou uma carta em que reafirmava a submissão do exército para com o governo instituído no país, diminuindo a tensão criada.

Desde os primeiros anos da década de 1970, as ditaduras já estavam se disseminando por toda a América Latina e se fizeram repetidamente presentes na maioria dos países que compõem a América do Sul. Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai são parte dos países atingidos pelo regime ditatorial e pelos planos dos EUA, que além de apoiar esta forma de governo nos países latinos, tinham ainda a finalidade de retardar a chegada do comunismo, dando consistência a um período de repressão e falta de liberdade de expressão. Este espectro que rondava a América do Sul não livrou

⁶ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

⁷ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

o Uruguai de uma ditadura, que mesmo tardia na América Latina, chegava com agressividade e violência.

Podemos dizer que com o término das ações militares da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a política externa dos EUA foi orientada pela preocupação em relação aos países da América Latina. Assim, cuidou de monitorar todos os governos da região, no sentido de frear possíveis regimes que promovessem reformas sociais ou mudanças na relação de subserviência aos americanos (FAGUNDES, 2013, p. 4).

No ano de 1971, o então presidente Jorge Pacheco Areco assinou um decreto que autorizava aos militares a luta contra as guerrilhas estabelecidas no país. Esta tomada de decisão só fez aumentar o processo de mudanças que já vinha sendo produzido pelas Forças Armadas, que foram assumindo uma crescente influência política. Até que, em junho de 1973, após um período de constante especulação, o novo Presidente da República, Juan María Bordaberry, anunciou que os militares teriam maior espaço de atuação em seu governo.

Uma particularidade desse país foi o fato de os governos civis de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) e Juan María Bordaberry (1972-1976) serem os responsáveis pelos decretos que forneceram as bases jurídicas para o golpe de 1973. Os partidos políticos, os poderes legislativos e judiciários, a imprensa, os movimentos sociais, etc, foram silenciados e sofreram intervenção. Semelhante a outros casos no Cone Sul, a justificativa para o golpe era a preservação das bases do Estado Democrático de Direito (FAGUNDES, 2013, p. 8).

O discurso feito por Bordaberry, no rádio e na televisão, foi o marco inicial da ditadura civil militar no país. Instaurada por doze anos e com o apoio das Forças Armadas, o golpe de Estado é perpetuado, fechando o Senado, a Câmara dos Deputados e anunciando a criação de um Conselho de Estado para substituir as funções legislativas. A alegação do presidente era de que seu objetivo seria projetar uma reforma constitucional para firmar os princípios republicano-democráticos.

En lugar del Poder Legislativo funcionaba un Consejo de Estado designado en forma directa por el Poder Ejecutivo. Como el Poder Judicial había perdido totalmente la escasa independencia que conservaba con la creación, en setiembre de 1976, del Ministerio de Justicia, todo el poder del Estado se concentro em el Presidente y sus “assessores” militares (GREISING et al., 2011, p. 29).

Três dias após seu pronunciamento oficial, Juan María Bordaberry tornou ilegal a Convenção Nacional dos Trabalhadores e prendeu seus dirigentes. Este período foi severamente marcado por prisões, desaparecimentos e mortes. Durante esta época, o presidente expôs novas medidas ao governo, destituindo os partidos políticos, tornando ilegais os sindicatos e censurando a imprensa.⁸

A proposta, apresentada em 1975, desagradava aos militares, que pensavam ser uma manobra arriscada essa de exterminar os partidos políticos. As Forças Armadas, recusando a recomendação do presidente, iniciaram um atrito que resultaria, dias mais tarde, em um pedido de renúncia, partindo do general Rodolfo Zubía, diretamente à Bordaberry.⁹

As alegações de que não haveria renúncia fizeram com que o exército retirasse seu apoio ao governo do país, que, em junho de 1976, teve a primeira reviravolta. O vice presidente, Alberto Demicheli assumiu o poder, indicado pelo conselho, já que Juan María seguia sem apoio e sem saída, decidiu renunciar após entender a mensagem do exército de que mais do que sem apoio, já não havia mais confiança em sua pessoa e no governo por ele exercido.¹⁰

Passados quatro anos, em 1980, um plebiscito constitucional tentou modificar a constituição e, de certa forma, legitimar a prática de governo já instaurada desde 1973. Proposta pelos militares, a reforma foi recusada pela população por mais de 56% de votos válidos, o que, naquele momento, favoreceu a abertura de democracia.

O êxito da votação na recusa do que era proposto no plebiscito também revelava o anseio que tinham os cidadãos pela volta da democracia, que era reforçada pela trajetória de tantos anos vivendo em um regime ditatorial.

El triunfo del No fue un golpe duro para los militares. Tras siete años de control total del país, sin libertades públicas ni actividad opositora, con partidos prohibidos y decenas de miles de personas en el exilio o la cárcel, sin libertad de prensa ni de reunión, casi 6 de cada 10 votantes habían rechazado su propuesta (DA SILVEIRA, 2007, p. 11).

⁸ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

⁹ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

¹⁰ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

Após esta derrota, fracassaram qualquer um dos planos que as Forças Armadas ainda tinham em seguir no poder. A pretensão de criar uma democracia assistida, longe de uma tradição liberal, só conseguiu fazer surgir uma nova preocupação: como administrar uma saída? A tentativa que havia feito a democracia para obter o aval e confirmação de sua legitimidade só fez com que fosse rechaçada pela população.¹¹

À medida em que os partidos políticos afirmavam sua vigência e iniciavam os discursos, os representantes das Forças Armadas propuseram acordos. Tal resolução tinha a ideia central de que era necessário designar um presidente para a transição entre governos, alguém que pudesse ocupar este cargo por cerca de três anos, fortalecendo o Conselho de Estado, sendo integrado por políticos e novas competências. O plano ainda seguia com o foco de que um novo estatuto aos partidos seria aprovado, culminando em eleições internas e em 1984, resultaria em eleições e um plebiscito constitucional e assim, “en suma, primero se reorganizarían los partidos tradicionales y luego los militares negociarían los términos de la nueva institucionalidad.” (DA SILVEIRA, 2007, p. 14).

O calendário designado pelas Forças Armadas, em que houvera dois atos eleitorais, foi visto com bons olhos pelos dirigentes dos partidos tradicionais, uma vez que criava um clima propício para o fortalecimento da sociedade e a recuperação da liberdade. E então chegava ao conhecimento de todos o Ato Institucional Nº 11, determinando que o seguinte período presidencial seria de 1º de setembro de 1981 até 1º de março de 1985.

Os uruguaios foram às urnas em 25 de novembro de 1984, 13 anos após a implantação do regime militar, que havia trazido mortes, desaparecidos e repressão. As eleições nacionais mostraram um novo caminho e esperança aos cidadãos. O triunfo era do Partido Colorado e o presidente eleito foi Julio Maria Sanguinetti.

¹¹ HISTORIA RECIENTE. Montevideo: *El País*, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

Política e Futebol: Defensor em 1976

A ditadura civil militar terminou em 1985, mas durante os anos de autoritarismo, um time coadjuvante no âmbito esportivo do Uruguai carregou o fardo de lutar e resistir contra o sistema vigente no país.

A equipe, batizada de Defensor Sporting Club, foi fundada em 1913, num bairro operário de Montevideu e contrariando a todos, venceu a liga do campeonato principal do país em 1976, porém, o feito histórico não terminara naquele 29 de julho.

Desviando os holofotes dos principais times de futebol do país, Club Atlético Peñarol e Nacional Atlético Clube, o Defensor quebrava um tabu dentro e fora dos campos. Uma equipe conhecida por conter integrantes com pensamentos assumidamente de esquerda, como o técnico e o próprio presidente, decidiu, no momento de comemoração da vitória, fazer algo diferente: realizar uma volta olímpica ao contrário (da esquerda para a direita). Esse ato ficou marcado e sempre lembrado por jornalistas e historiadores que, na época, sofreram represálias por causa de tal feito, que foi associado à sua posição de esquerda também na política do país.

Durante entrevistas realizadas em Montevideu, em julho de 2017, um dos jogadores presentes na última partida, Daniel Mayol¹², afirmou que este “símbolo” da vitória do Defensor não era algo premeditado ou que tenha sido praticado para combater o momento político pelo qual passava o país.

O historiador Gerardo Caetano que, em sua juventude, fez parte do elenco, reitera que não havia nenhuma pretensão em desobedecer as ordens dadas pelos militares ou, ainda, que a volta ao contrário tenha partido intencionalmente de uma proposta do técnico Ricardo de León.

Ocorre que, combinado o ato de dar a volta ao contrário com todos os jogadores que estavam presentes naquela partida, aos boatos que se fazia sobre integrantes do clube posicionarem-se politicamente à esquerda, permitiu que a imprensa do país, que praticamente não dava cobertura aos jogos desse time, passou a difundir tal atitude como se fosse intenção uma subversiva de seus jogadores e técnico.

¹² Entrevista realizada por Brenda Mineo e Jacqueline Martins, em Canelones, Montevideu.

No fim do jogo, Julio Filippini, ex-jogador, concedeu uma entrevista ao único jornalista em campo, Victor Hugo Morales. Nesse momento, Filippini diz que dedicava seu gol ao seu irmão, que estava preso por motivos políticos na *Penal Libertad*, presídio localizado em São José, interior do Uruguai, e assim a imprensa associou uma ação à outra, identificando a volta reversa como uma ação política do jogador, do time e do clube, o que veio a gerar, dessa maneira, perseguições do governo sobre eles.¹³

O estado de terrorismo provocado no país durante os anos de regime civil militar alcançou áreas como a educação, cultura e o esporte. Tal interferência chegou ao futebol, causando represálias aos atletas, dirigentes e representantes de clubes que possuíam pensamentos ideológicos distintos dos representantes da ditadura.

Ainda de acordo com o ex-jogador, durante quatro dias, ele e outras pessoas do elenco foram procurados pela polícia, e nem mesmo na foto oficial do clube, em que se sagraram campeões, puderam estar em decorrência da situação. Ao relatar a experiência vivida na época, Filippini afirma que a volta não foi intencional e era apenas para representar uma quebra de paradigma e hegemonia no campeonato que, desde 1932, se revezava entre Peñarol e Nacional.

Por ser tratado como um caso isolado e imprevisto, mesmo após anos da conquista do título, o Defensor ainda segue noticiado por veículos de comunicação em toda a América do Sul, pois vez ou outra consegue repetir a façanha de ganhar um campeonato ou conseguir vaga em alguma competição que tem apenas times tradicionais e reconhecidos.

De acordo com os estudos dos autores Cabo e Helal (2008), nota-se que “[...] é interessante observar como o discurso da imprensa pode se transformar em função de uma conjuntura específica ao analisar uma partida de futebol.” E ainda entender como o jornalismo tem o poder de enaltecer ou depreciar uma pessoa, momento ou objeto.

O feito demonstrado em 1976 também pode ser encontrado em matérias especiais, estudos para artigos e teses; o marco na história do Defensor se funde à história do país e de sua luta contra a censura, crimes e repressão sofridas.

¹³ Relato concedido em entrevista realizada por Brenda Mineo e Jacqueline Martins, em Canelones, Montevidéu.

É essencial que se compreenda a relação e análise que a mídia faz ao reportar um caso como este, uma vez que envolve mais do que apenas a prática esportiva. O futebol, também considerado popularmente como ópio do povo, tem papel importante nas redações desde 1930, quando, segundo Laborido (2013), se configurou um reconhecimento maior para a modalidade. Nos tempos anteriores à data, os periódicos apenas informavam datas, horários e locais das partidas.

De acordo com Silva (2002), o jornalismo tem como prioridade resgatar fatos e histórias, tornando-as memória, por meio de relatos, fotos e vídeos de determinado tempo e local. As vitórias e fracassos também estão enquadradas nessa relação, para transformar e construir a tradição do esporte.

Entretanto, em momentos de crise ou quaisquer que sejam os problemas sociais dispostos em uma sociedade, uma das primeiras condutas tomadas pelo governo vigente é não legitimar a imprensa, tornando inválido o trabalho de jornalistas, os censurando.

A censura política caracteriza-se como censura prévia e autocensura. A prévia é definida pelo direito que o estado tem de vigiar e interceder na publicação de periódicos; já a autocensura é aceitação das ordens emitidas pelo Estado na construção da notícia. Tais ordens eram informadas aos jornais através de telefonemas, cartas que eram encaminhadas as redações. (NASCIMENTO, etc al., 2013, p. 8)

No Uruguai, essa restrição ocorreu e se instaurou durante os anos de chumbo, fazendo com que o trabalho da imprensa fosse dificultado e mais direcionado a fim de privilegiar uma ou outra visão política, cultural ou econômica.

Prohíbi-se la divulgación por la prensa oral, escrita o televisada de todo tipo de información, comentario o grabación que, directa o indirectamente, mencione o si refira a lo dispuesto por el presente decreto atribuyendo propósitos dictatoriales al Poder Ejecutivo o pueda perturbar la tranquilidad y orden públicos.

Decreto N° 464 /1973, artículo 3 publicado en el Diario Oficial el 4 de julio de 1973. (GREISING etc al., 2011, p. 57)

O trabalho jornalístico da imprensa, nesse período, foi útil e relevante, mas também desgastante, pois causou inúmeras falhas e distorções tornando o que era apenas intencional, em realidade.

Considerações Finais

Os ex-jogadores Kiko Salomón e Daniel Mayol¹⁴ lembraram que participar da volta olímpica ao contrário era apenas um ato para chamar a atenção da sociedade, e isso quer dizer chamar a atenção para um time considerado popularmente como “pequeno” e impossibilitado de vencer e tirar a hegemonia de Peñarol e Nacional.

Portanto, a imprensa teve vital influência sobre o Defensor e sua história e ainda sobre como ela foi reproduzida a partir dali, tornando-se referência na memória coletiva uruguaia.

Os fatos vividos e registrados pelo Defensor, no final do campeonato, em 1976, podem ser interpretados de diversas maneiras e, é claro, os relatos da memória de cada integrante da equipe, do clube ou daquele tempo histórico é o que ajudam a compor o que se sabe e aquilo que se entende e pode ser visto em livros, matérias antigas e amareladas pelo tempo.

¹⁴ Entrevista concedida por Kiko Salomón e Daniel Mayo, ex-jogadores do time Defensor Sporting Club, para Brenda Mineo e Jacqueline Martins, em Montevideu, no mês de julho de 2017.

REFERÊNCIAS

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A Extrema-direita nos golpes militares do Cone Sul: Patria y Libertad (Chile), Triple A (Argentina) e a Juventud Uruguaya de PIE (Uruguai)**. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4196/3502>. Acesso em: 29 set. 2017.

HISTORIA RECIENTE. Montevideo: **El País**, Volume 1, n. 19, 2007. 20 p.

HISTORIA RECIENTE. Montevideo: **El País**, Volume 1, n. 24, 2007. 20 p.

GREISING, et. al, Carolina. **Historia de la Dictadura**. Montevideo: Editora Banda Oriental, 2011.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura**. 2. ed. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

CABO, Alvaro Vicente do; HELAL, Ronaldo. 17 de junho de 1970 - Brasil 3 x 1 Uruguai: jornalismo esportivo e acionamento da memória na imprensa uruguaia. **Anais do XVII Encontro da Compós**, São Paulo, pp 1-14, junho de 2008.

LABORIDO, Gastón. Diarios, fútbol y guerra civil en el Uruguay de la primera década del siglo XX. **Cuaderno de Historia**, Montevideo, n. 14, v. 1, pp 1-272, 2013. Disponível em http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy/innovaportal/file/67907/1/cuaderno-de-historia-14_a-romper-la-red.pdf. Acesso em: 29 set. 2017.

A ditadura militar e a censura no jornal impresso (o estado de são paulo) 1. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/a-ditadura-militar-e-a-censura-no-jornal-impresso-o-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SOARES, Antonio Jorge; HELAL, Ronaldo; SANTORO, Marco Antonio. Futebol, imprensa e memória. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, RS, v. 6, n. 4, p. 1-78, jun. 20. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6578>. Acesso em: 29 set. 2017.

SILVA, H. R. da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira História**, São Paulo, SP, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>. Acesso em: 29 set. 2017.